

O COMÉRCIO BRASIL – ARGENTINA: ANÁLISE DO MERCADO INTERNACIONAL E VIABILIDADE DA TRITICULTURA

Diego Alexsander Fávero¹
Tamara Silvana Menuzzi Diverio²
Domingos Benedetti Rodrigues³
Claudia Maria Prudêncio de Mera⁴

Resumo

A participação brasileira no bloco denominado MERCOSUL, iniciou-se desde a sua formação em 1991, e atualmente caracteriza-se por ampliação dos intercâmbios comerciais com os demais membros. Este estudo tem como tema as relações comerciais do Trigo no MERCOSUL, tendo como foco principal Brasil e Argentina. O comércio mundial de trigo tem na Argentina um importante exportador e no Brasil um dos principais importadores, onde boa parte da safra de trigo da Argentina tem como destino o Brasil. Assim, buscou-se neste trabalho analisar os fatores que fazem com que o Brasil tenha problemas com a cultura do trigo e seja dependente da importação argentina, fazendo uma análise da produção e do consumo deste cereal nos dois países. O objetivo geral deste trabalho foi de analisar os fatores que fazem com que o Brasil tenha problemas e seja dependente da importação de trigo argentino. Metodologicamente, este estudo classifica-se como pesquisa qualitativa, quantitativa, estudo de caso e pesquisa exploratória, utilizando dados secundários e pesquisa bibliográfica disponível sobre o tema. Por fim, o estudo atinge seu objetivo demonstrando os problemas enfrentados pelo setor tritícola, os fatores da desmotivação do produtor brasileiro no cultivo do cereal e os motivos da opção pelo trigo argentino.

Palavras Chave: Relações comerciais. Trigo. Brasil. Argentina.

Introdução

Normalmente o aumento do bem-estar das economias nacionais está atrelado à liberação do comércio internacional. Esta liberalização também pode assumir o caráter de integração regional, com a eliminação de barreiras tarifárias entre um determinado grupo de países (área de livre comércio), e eventualmente, com a adoção de uma tarifa externa comum

¹ Administrador de empresas. Especialista em Finanças Empresariais (UPF). Mestrando do Mestrado Profissional em Desenvolvimento Rural da UNICRUZ.

² Economista. Doutora em desenvolvimento rural (UFRGS). Docente do Mestrado Profissional em Desenvolvimento Rural da UNICRUZ e docente da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), campus de Frederico Westphalen/RS. diverio@uri.edu.br

³ Advogado. Doutor em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUI. Docente do Mestrado Profissional em Desenvolvimento Rural da UNICRUZ mingojuslex@yahoo.com.br

⁴ Economista. Doutora em desenvolvimento rural (UFRGS). Coordenadora e docente do Mestrado Profissional em Desenvolvimento Rural da UNICRUZ cmera@unicruz.edu.br

(união aduaneira), onde cita-se como exemplo, o Mercado Comum do Sul, mais conhecido como MERCOSUL, fundado em 1991, pelos seguintes países: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Um dos principais pontos utilizados pelos países no século XXI é a discussão em prol da formação e da união, onde possam deliberar distintas ações a fim de promover o seu desenvolvimento econômico. Seguindo neste sentido, esta união pode se dar por meio de acordos ou redes comerciais, de relações de negócios ou até mesmo através da formação de blocos econômicos. Sabe-se que tanto os países desenvolvidos bem como empresas multinacionais se valem deste tema com o intuito de ampliar suas ações internacionalmente, desta forma estas uniões podem ser benéficas para países em desenvolvimento, como também para empresas que buscam se inserir neste mercado.

Ressalta-se ainda que o Brasil vem enfrentando diversos problemas quanto a falta de amparo e incentivo do governo, problemas com as frustrações de safras que tem ocorrido com as lavouras nos últimos anos. Visto a conjuntura brasileira descrita anteriormente, onde atualmente existe um universo global de comércio flexível, porém com um mercado agrícola repleto de incertezas e de muito dinamismo nas suas negociações internacionais, assim sendo, o objetivo deste estudo foi analisar os fatores que fazem o Brasil ser dependente da importação de trigo Argentino, para isso buscou-se analisar o intercâmbio comercial do trigo dos Estados Parte do MERCOSUL (Brasil e Argentina), destacando acordo bilateral, produtos e incentivos, apontar produção, consumo, preços e fluxos comerciais de trigo entre Brasil e Argentina, elencar as políticas brasileiras de fomento à cultura do trigo, apresentando os principais entraves e gargalos enfrentados pela cadeia de trigo brasileira.

Este estudo justifica-se em razão da importância do trigo em nosso cotidiano, sendo considerado um dos cereais mais consumidos no mundo e fundamental na alimentação humana, nasce a necessidade de se buscar fatores que justifiquem a dependência externa desse grão, pois mesmo sendo referência no agronegócio mundial, o Brasil não consegue ser autossuficiente em trigo e importa quase 50% de seu consumo interno, o que é facilitado pela participação do país no MERCOSUL.

1. Referencial teórico

Segundo o Ministério das Relações Exteriores brasileiro – MRE (2016), a Argentina é um dos principais parceiros políticos e econômicos do Brasil. A crescente integração econômica bilateral tem fortalecido a economia e a indústria dos dois países. O capital brasileiro está presente em diversos setores da economia argentina. Entre 2003 e 2015, a corrente de comércio bilateral elevou-se de US\$ 9,24 bilhões para US\$ 23,09 bilhões, um crescimento de 150%. No período, as exportações brasileiras para a Argentina cresceram de US\$ 4,56 bilhões para US\$ 12,8 bilhões, incremento de 181%. Em 2015, a Argentina ocupou o terceiro lugar no destino das exportações brasileiras.

Uma vantagem prevista nos tratados do MERCOSUL é a possibilidade dos países membros negociarem em grupo com os demais países ou mesmo blocos econômicos, obtendo melhores preços e condições para que seus produtos sejam reconhecidos e valorizados pelo mundo afora (GONTIJO, 2014).

1.1 A cadeia produtiva do trigo no Brasil e na Argentina

O mercado do trigo passou por duas fases distintas: A primeira, onde o Estado possuía toda a autonomia, regulando as políticas que visavam à ampliação do consumo e à autossuficiência na produção. A segunda fase correspondeu a retirada da intervenção estatal à produção nacional de trigo e ao livre mercado (COLLE, 1998). Com o afastamento do Estado, Brum e Müller (2008) citam que a cadeia do trigo foi dividida em: insumos agrícolas, produção (produtores rurais e suas cooperativas), moinhos, indústria de transformação, distribuição e consumo.

No primeiro nível da cadeia temos os principais insumos utilizados na cultura de trigo. São eles: sementes, corretivos, máquinas e implementos, defensivos agrícolas e fertilizantes. O setor de insumos agrícolas vem aumentando sua importância na economia nacional, assim como a mecanização da agricultura brasileira.

Conforme Colle (1998) o segundo nível da cadeia é representado pela produção agrícola. O produto da produção primária e industrial destina-se ao mercado interno e o grão produzido que não é utilizado para semente é comercializado para as cooperativas e para os intermediários moageiros. A produção entregue às cooperativas pode ser utilizada para formação de estoque pelo governo ou comercializada aos moinhos, neste mesmo nível

encontram-se as importações, dado que a produção interna não é suficiente para atender toda a demanda.

O nível seguinte é formado pelos moinhos, onde ocorre o beneficiamento primário, como o farelo e a farinha. A indústria moageira inicia a produção de farinhas e misturas que irão compor os inúmeros produtos finais do complexo agroindustrial do trigo. Os moinhos processam os grãos de trigo em farinha comum, farinha especial e fortificada, pré misturas com ou sem aditivos e *blends* de farinha, além do farelo como subproduto para a indústria de ração animal. Segundo dados da ABITRIGO (2016), existem no Brasil 196 moinhos de trigo, sendo a grande maioria localizada nas regiões Sul e Sudeste (75%).

O último nível é a distribuição dos produtos finais, para o atacado, varejo e consumidores. A distribuição pode ser feita de forma direta ou através de terceirização. De acordo com a ABITRIGO (2016), a indústria de massas, biscoito, pães e bolos utiliza cerca de 74% da produção, enquanto que outros 10% destinam-se para o varejo (consumo direto pela população) e 16% para a pecuária na fabricação de ração.

Já no país vizinho, são as condições edafoclimáticas que tornam o mesmo extremamente favoráveis para o desenvolvimento da cultura do trigo, principalmente o trigo específico para a produção de pães e massas, o que transformou a Argentina em um grande exportador do cereal e de outros grãos. A qualidade do grão Argentino destinado para panificação é superior ao brasileiro, pois o cereal produzido no Brasil tem menos concentração de glúten e por isso apenas 30% de sua produção é destinada para panificação, o que faz com que, mesmo que o Brasil produzisse acima de seu consumo, ainda precisaria importar ((MAGGIAN; FELIPE, 2009).

Assim como no Brasil, a cadeia do trigo na Argentina também é dividida em insumos, produção, armazenamento, indústria moageira/alimentícia e comercialização que envolve mercado interno e externo. A Argentina conta com um dos solos mais férteis do mundo, onde cultiva cerca de 36 milhões de hectares entre cereais, sementes oleaginosas, cultivos industriais, hortaliças e frutas, dentre estes, 30 milhões de hectares, destinam-se a cultivos de produção extensiva, como soja, milho e trigo. Esse solo fértil reduz a necessidade de fertilizantes, além do país contar com um clima mais estável para a produção do trigo (MRE, 2016).

Basicamente 90% do trigo importado é argentino, pois o custo de produção na Argentina é muito mais baixo pelo solo, clima e proximidade do porto. Segundo a

ABITRIGO (2016), o trigo argentino destinado ao Brasil é transportado de navio, são dez dias entre a saída da fazenda argentina e a chegada no moinho brasileiro, após superar os trâmites aduaneiros e as filas para embarque e desembarque nos portos. Ao chegar nos portos brasileiros, o cereal é transportado até os moinhos de caminhão.

1.2 Importância do trigo no sistema de produção

Dentre sua importância agrônômica está o sistema de plantio direto e a rotação de culturas. Vezzani e Mielniczuk (2009), salientam que o plantio direto é uma forma sustentável de cultivar o trigo, contribuindo para a fertilidade do solo. O sistema de plantio direto pode proporcionar uma cobertura adequada do solo por resíduos vegetais, reduzir as perdas por erosão, manter o conteúdo de matéria orgânica e contribuir para a manutenção ou elevação do potencial de rendimento das culturas. Com a semeadura direta ocorre também a redução do uso de máquinas e do revolvimento do solo, que associado ao uso de plantas de cobertura, preserva e recupera a estrutura do solo, mantendo o sistema agrícola mais produtivo.

Segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA (2017), as vantagens da rotação de culturas são inúmeras, pois além de melhorar as características do solo, proporciona a produção diversificada de alimentos e outros produtos agrícolas. Como cultura de inverno, fica evidente que o cereal reduz a ociosidade da terra, podendo propiciar duas culturas aos produtores, dando melhor uso para mão-de-obra, máquinas, infraestrutura de armazenagem e outros investimentos. A cobertura do solo com culturas de inverno é fundamental, pois favorece a diminuição de pragas e ervas daninhas e acaba contribuindo com a diminuição do uso de insumos (EMBRAPA, 2017). Além de aproveitar as áreas e a sobra residual de adubo aplicado no verão.

A importância social do trigo está relacionada a sua capacidade de geração de emprego e renda e também na capacidade nutricional que tem servido de segurança alimentar da população do país. No que se refere a geração de emprego e renda, como uma segunda cultura (cultura de inverno), o plantio do trigo garante a fixação do agricultor à terra e, desta forma, a sua renda. Ainda a cultura do trigo é responsável pela manutenção da ocupação do trabalhador rural no período de inverno (GARCIA, 2011).

Outro ponto economicamente importante é a exportação brasileira de trigo. Mesmo sendo tradicional importador de trigo, o Brasil consegue em algumas temporadas exportar

parte de sua produção, ou seja, o excedente daquele trigo não apreciado para a fabricação de farinha para panificação. Esse trigo exportado, geralmente o cereal do Rio Grande do Sul, encontra grande demanda em países do norte da África, o principal mercado para o produto brasileiro (CONAB, 2017).

Para Garcia (2011), a importância econômica do trigo também está relacionada ao aproveitamento de infraestruturas agrícolas de fazendas, a possibilidade de plantação em larga escala como um grão sucessor da soja, a redução dos custos fixos da propriedade a medida que é implantado como cultura nas mesmas e a geração de emprego e renda no mercado de insumos devido a sua considerável demanda. Sobre o aproveitamento da infraestrutura das fazendas, a cultura do trigo é uma cultura secundária que possibilita o aproveitamento de silos e locais de armazenagem, máquinas, equipamentos e implementos que, findada uma primeira cultura, ficariam parados até que essa fosse novamente cultivada.

Por fim, podem ser considerados vários fatores que fazem do trigo uma cultura com potencial para a produção nacional, dentre eles a tecnologia, pois o país possui tecnologia que viabiliza estabilidade de rendimento em anos ruins e o incremento destes em anos favoráveis, possui também um sistema que permite o cultivo de duas safras por ano, além de poder contar com a experiência brasileira no cultivo do cereal e a oferta de novas tecnologias aliadas a pesquisas constantes.

2. Aspectos metodológicos

Quanto aos procedimentos de pesquisa, este estudo utiliza pesquisa bibliográfica e documental, como consulta a livros, revistas, artigos, monografias, dissertações e teses, além de endereços eletrônicos e pesquisas em diversos sítios, a fim de melhor compreender sobre a cadeia produtiva do trigo, sua evolução histórica e sua importância. Segundo Cervo, Bervian e Silva (2007), a pesquisa bibliográfica constitui o procedimento básico para os estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema. Gil (1996), salienta ainda, que uma pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos e levantamentos.

Do ponto de vista de seus objetivos, este estudo é classificado como Pesquisa Exploratória, pois visa proporcionar maior familiaridade com o problema afim de torná-lo explícito ou a construir hipóteses (GIL, 1996). Segundo Cooper e Schindler (2003), o estudo

exploratório objetiva aprofundar o conhecimento sobre o assunto, tornando-o mais claro, assim como aperfeiçoar a questão de pesquisa através da utilização de informações já existentes.

Quanto a abordagem do problema, este estudo classifica-se como pesquisa qualitativa pois busca descrever e explicar os conceitos relacionados ao trigo, embasando o assunto para então quantificá-lo, e como pesquisa quantitativa que traduz os conceitos em números, opiniões e informações, para classificá-los e analisá-los. Para Neves (1996), a pesquisa qualitativa busca visualizar o contexto trazer uma integração com o processo objeto de estudo que implique melhor compreensão do fenômeno. Quanto à pesquisa quantitativa, Marconi e Lakatos (2004), descrevem como a abordagem que mostra a realidade dos elementos pesquisados em números, permitindo ao pesquisador tabular as informações e expressá-las em tabelas e gráficos.

3. Análise e discussão dos resultados

O trigo é a principal cultura de inverno no Brasil, sendo cultivado em rotação com a soja, sua produção competitiva e sustentável depende do conhecimento de aspectos relacionados à planta, como crescimento e desenvolvimento, das características da região onde será cultivado (clima e solo) e das práticas adequadas para a cultura em cada situação de produção (EMBRAPA, 2017).

Quanto ao desempenho da produção do trigo no Brasil, pode-se observar na tabela 1, uma tendência crescente ao longo dos últimos 16 anos, variando em alguns períodos com forte queda no volume produzido, principalmente devido às condições climáticas adversas.

Tabela 1 - Produção Brasileira de Trigo (em milhões de ton.)

Safra	Produção
2000/01	1.658,4
2001/02	3.194,2
2002/03	2.913,9
2003/04	6.073,5
2004/05	5.845,9
2005/06	4.873,1
2006/07	2.237,7
2007/08	4.097,1
2008/09	5.884,0
2009/10	5.026,2
2010/11	5.881,6
2011/12	5.788,6
2012/13	4.379,5
2013/14	5.527,8
2014/15	5.971,0
2015/16	5.535,0
2016/17	6.727,0

Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados da CONAB (2000-2016)

A safra nacional de 2003 resultou em uma produtividade inédita na cultura do cereal, chegando a mais de 6.000 milhões de toneladas. Já a safra de 2005 teve uma redução de 18,3% comparada a safra anterior, esta redução justifica-se principalmente em função da perda de área plantada em praticamente todos os estados produtores. A quebra da safra de verão, a estiagem do início do ano, os altos estoques de trigo e os preços de mercado deprimidos, constituíram-se em fatores que desestimularam os agricultores.

Impulsionada pelos baixos preços do produto e pelas condições climáticas adversas, a safra de 2006 continuou a reduzir, com uma produção de 2,23 milhões de toneladas, inferior à da safra passada (2005) em 54,2% (2,64 milhões de toneladas). Nos anos que se seguiram, houve um crescimento na produção, que oscilou em torno de 4,0 e 6,0 milhões de toneladas entre safras de 2007 a 2015. A nova safra recorde ocorreu no ano de 2016/17, onde a produção nacional de trigo cresceu 21% em comparação com a safra de 2015, chegando a 6.727 milhões de toneladas, mesmo com uma área 13,6% menor. No contexto geral, pode se observar que a produção brasileira cresceu nos últimos 10 anos, principalmente pelo ganho de produtividade (CONAB, 2016).

Segundo o Sindicato da Indústria do Trigo – SINDUSTRIGO (2017), um dos principais fatores de desestímulo são os preços recebidos pelos produtores, que não cobrem os custos de produção e o preço mínimo estabelecido na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), no momento da comercialização do cereal nacional. Segundo a Fundação da

Agricultura do Estado do Paraná (FAEP, 2016), outros fatores como elevação nos custos de produção, adversidades climáticas, dificuldades logísticas e de infraestrutura, e concorrência com o produto importado também fazem parte dos desafios na ampliação da produção nacional.

Já o trigo Argentino, depois de anos em queda, como apresenta a Tabela 2, começa a recuperar seu lugar histórico. Segundo a ABITRIGO (2016), o Ministério da Agricultura argentino informou que a produção da safra de trigo 2016/17 alcançou um recorde de 18,3 milhões de toneladas, muito acima da colheita da última safra (2015/16) que totalizou 11,3 milhões de toneladas.

Tabela 2 - Produção Argentina de Trigo (em milhões de toneladas)

Safra	Produção
2000/01	15.959,5
2001/02	15.291,6
2002/03	12.301,4
2003/04	14.563,0
2004/05	15.970,1
2005/06	12.575,2
2006/07	14.548,0
2007/08	16.354,0
2008/09	8.376,5
2009/10	9.023,1
2010/11	15.875,6
2011/12	14.500,5
2012/13	8.025,0
2013/14	9.188,3
2014/15	13.930,0
2015/16	11.297,0
2016/17	18.300,0

Fonte: adaptado de Anuário Estatístico da Bolsa de Comércio de Rosário (2015-2016).

Após passar por um cenário menos favorável, nesta safra (2016/17) a área plantada cresceu 25% frente à anterior (2015/16), por conta dos incentivos governamentais após a mudança do presidente no país Argentino. Segundo dados da Associação Brasileira das Indústrias de Trigo (ABITRIGO, 2016), o novo presidente Argentino Mauricio Macri retirou o imposto e eliminou as tarifas sobre as exportações de trigo.

Para a próxima safra (2017/18) a combinação de condições meteorológicas favoráveis e um contexto econômico adequado serão os incentivos necessários para o produtor aumentar os níveis de fertilização, repor os nutrientes e fazer um trigo de qualidade.

Salienta-se que novos ingredientes estão sendo incorporados na dieta alimentar do brasileiro e o trigo vem ganhando espaço entre eles. A matéria-prima do pão, das massas e biscoitos teve seu consumo médio dobrado nos últimos 40 anos, conforme projeções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Atualmente, cada pessoa consome cerca de 60 kg de trigo em um ano e este consumo se concentra principalmente nas regiões Sul e Sudeste.

No entanto, o consumo do Brasil ainda é considerado baixo se comparado ao número de habitantes. Para a EMBRAPA (2017), o perfil de consumo de uma população pode definir o “sucesso” ou “fracasso” de um produto, e é determinado pela distribuição da população rural e urbana, pela cultura, pela renda per capita, pelo preço de produtos substitutos e complementares e pela preferência dos consumidores.

No caso do Brasil, características que definem o perfil de oferta e da variedade de produtos disponíveis, como o clima e o solo, também podem afetar o consumo. Ainda, deve-se relacionar o consumo brasileiro de trigo com seu maior “vilão”, o arroz e o feijão e à disseminação de informações “negativas” sobre o efeito do glúten (principal proteína do trigo) na saúde humana, o que vem “assustando” os consumidores (EMBRAPA, 2017).

Segundo o Conselho Internacional de Grãos (IGC, 2016), que divulga o consumo de trigo no mundo, o Brasil consumiu cerca de 11,6 milhões de toneladas na safra 2016/17 e 10,4 milhões e na safra anterior (2015/16), um consumo muito maior do que a quantidade produzida do cereal no nosso país.

Historicamente, observa-se uma insuficiência do abastecimento interno com o trigo produzido nacionalmente. Uma vez que a produção não consegue atender à demanda, o país importa a quantidade de trigo que falta. O Brasil tem como maior fornecedor a Argentina, que conta com uma produção muito superior ao seu consumo.

Nesta safra (2016/17), a Argentina produziu 18,3 milhões de toneladas, enquanto o consumo interno do país foi de apenas 6,2 milhões de toneladas (IGC, 2016). Sendo assim, em princípio, o maior volume de trigo disponível favorece os moinhos brasileiros, no entanto, níveis de taxa de câmbio no Brasil são fatores que influenciam a importação do cereal.

3.1 Principais entraves e gargalos enfrentados pela cadeia de trigo brasileira

Muito se tem comentado sobre a competitividade dos sistemas produtivos brasileiros, desde a unidade de produção rural e seus fornecedores de insumos até a distribuição de produtos para os compradores finais de alimentos. Pode ser presenciado um progresso muito significativo no desenvolvimento e na disseminação de novas técnicas de produção fazendo com que muitos produtores brasileiros sejam bastante competitivos dentro do limite de sua propriedade, no entanto, as commodities perdem competitividade ao longo de sua cadeia agroindustrial (CONAB, 2017).

Entre os gargalos na produção de trigo estão as condições desfavoráveis de solo e do clima para o cultivo do trigo, os problemas logísticos, a escassez de silos para armazenagem, a baixa liquidez de comercialização da produção e as incertezas climáticas em uma cultura muito frágil que acabam prejudicando o setor, tornando-o pouco eficiente e competitivo (BNDES, 2011).

Apesar da grande extensão de suas terras e de potencial produtivo elevado, além de pesquisas já existentes para a melhoria genética, o trigo brasileiro enfrenta problemas básicos que dificultam a sua autossuficiência. Estes problemas são de produção e de distribuição e envolvem uma série de fatores (tanto de ordem econômica, quanto de ordem política) (GARCIA, 2011).

O trigo é uma cultura muito frágil e vulnerável a mudanças climáticas. As variações da umidade relativa do ar, precipitações próximas ao período de colheita, geada, chuva de granizo, temperaturas máximas e mínimas, radiação solar, excesso ou déficit hídrico do solo são fatores determinantes para o desenvolvimento da cultivar. O trigo tem sua maior produção na Região Sul do Brasil, onde há um clima mais apropriado, justamente por contar com temperaturas mais amenas para esse cultivo, contudo, essa região sofre com as geadas que podem comprometer as safras (BNDES, 2011).

Outro importante fator limitador à produção no Brasil diz respeito à fertilidade do solo, pois no Brasil há necessidade de maior consumo de fertilizantes para que o solo seja mais fértil, um dos maiores custos da produção do cereal, uma vez que, a cultura de trigo exige grande quantidade de matéria orgânica incorporada ao solo (GARCIA, 2011).

Com custos mais altos, o trigo nacional perde competitividade em relação ao argentino, que possui um solo bem mais fértil e um clima bem mais adequado para esse cultivo. A infraestrutura logística brasileira também é pouco eficiente, pois a malha de

transportes e a capacidade de armazenagem são insuficientes para atender as necessidades do setor produtivo (BNDES, 2011).

No Brasil, devido a suas características continentais, o escoamento da produção repercute significativamente no preço final das commodities agrícolas e no preço dos alimentos. O transporte é a atividade responsável pelos fluxos de insumos, matéria-prima e produtos acabados entre todos os elos da cadeia de suprimento. A alta complexidade gerencial, a intensa utilização e a gestão sob um grande deslocamento físico de produtos tornam o transporte a maior conta individual de custos logísticos (BNDES, 2011; MENDES, 2013).

A logística de transporte tem se tornado cada vez mais importante no contexto mundial de globalização com o mundo completamente integrado e sem fronteiras, no entanto, o transporte rodoviário no Brasil que concentra o maior volume transportado com relação a outros modais, possui apenas 10% do seu total pavimentado, se tornando insuficiente quando se leva em consideração que 65% de todas as cargas são movimentadas através dessas vias. Apesar das deficiências, este é o modal mais utilizado para o transporte de trigo no Brasil, respondendo por aproximadamente 90% da movimentação do cereal, mesmo considerado o menos econômico (BNDES, 2011; MENDES, 2013).

Para Bahia, et. al. (2007) os custos do transporte de mercadoria são elevados devido à concentração no modal rodoviário e à falta de investimentos suficientes para manter e expandir os sistemas de transportes em níveis adequados a demanda sempre crescente. Os elevados custos de transporte refletem negativamente nos preços recebidos pelos produtores, principalmente para aqueles localizados em regiões distantes dos portos.

As rodovias brasileiras (a terceira maior malha rodoviária do mundo), possuem intensa utilização e recebem pouca manutenção, sendo este é um dos motivos da malha rodoviária brasileira se encontrar em condições precárias de tráfego. As condições de nossas rodovias comprometem a expansão econômica no Brasil, tornando mais caro e inseguro o transporte de mercadorias para o mercado interno, devido ao alto custo de manutenção, de combustíveis, pedágios e a falta de segurança do transporte pela existência de roubos de cargas. Os custos são altos para levar baixa capacidade de carga a grandes distancias (MENDES, 2013).

A logística de transportes disponível para a movimentação das cargas agrícolas até os portos exportadores rouba a competitividade dos produtos frente aos mercados internacionais, e o país fica atrás de seus concorrentes mais próximos, Estados Unidos e a Argentina. Os

gargalos logísticos são existentes em todas as etapas de escoamento de produtos no Brasil, desde a armazenagem até o porto exportador (SOUZA, 2010).

Segundo Salum (2010), o desenvolvimento logístico brasileiro é algo recente e o país ainda se encontra em processo de aprendizagem. Os principais entraves são a ausência de políticas que sincronizem as ações governamentais e de iniciativa privada, a precariedade da infraestrutura de armazéns e dos modais de transportes, a falta de profissionais especializados na área logística e a burocracia.

Já o trigo importado tem os portos como principal ponto de entrada, o que seria a forma mais adequada de transporte. Os principais portos para o setor são os de Santos (30%), Rio de Janeiro (17%) e Fortaleza (13%). O transporte de mercadorias por via marítima tem as seguintes vantagens: maior capacidade de carga; menor custo de transporte e maior competitividade, no entanto, o sistema de gestão dos portos ainda é muito centralizado e burocrático, o que sobrecarrega os custos das operações portuárias (BNDES, 2011).

Além disso, em virtude dos problemas decorrentes de falta de investimento em infraestrutura, as restrições de acesso terrestre (rodoviário e ferroviário) provocam frequentes congestionamentos nos portos. A competitividade da Argentina se dá não somente pela proximidade, como também pelas condições das operações portuárias que proporcionam que o frete seja reduzido.

Outro problema que afeta a produção tritícola brasileira é a capacidade de armazenagem. O armazenamento do trigo é um fator de competitividade para produtores e cooperativas, pois os armazéns permitem a preservação da qualidade do produto, evitando a exposição à umidade e o ataque de insetos, que podem inviabilizar o uso dos grãos. Os armazéns agrícolas exercem atividades de recebimento, movimentação, guarda, separação e expedição, além de processamentos relativos a secagem e pré limpeza e tratamento fitossanitário (CONAB, 2017).

No Brasil, onde o trigo é produzido em sistema de rotação de culturas, sua estocagem é feita nas mesmas estruturas utilizadas para outras lavouras, onde há depositados nos armazéns e silos, excedentes não comercializados de outras safras. Há casos em que a produção de trigo fica armazenada por até três safras, disputando espaço com a soja e o milho. Em outros casos, a falta de espaço obriga o produtor a comercializar a produção rapidamente, em uma situação de mercado que nem sempre lhe é vantajosa (BNDES, 2011).

Quanto a forma de armazenagem, a maior concentração é verificada a granel nas principais regiões produtoras de trigo, cerca de 88% do total, o que representa um menor custo de armazenagem em comparação com a armazenagem convencional, que exige maior utilização de mão de obra e material (CONAB, 2017).

Conclusão

O trigo é considerado um alimento de grande importância para a humanidade, sendo matéria prima utilizada na elaboração de diversos produtos. Como cultura de inverno reduz custos de fertilizantes pela cobertura de solos, movimentada a entressafra ocupando a mão de obra e o maquinário ocioso e gera uma renda extra ao produtor, no entanto, o que tem chamado a atenção é o fato de que em nenhum momento da história o Brasil foi autossuficiente em trigo, trazendo a dependência externa deste cereal como uma marca para o país.

Cabe ressaltar, que além da facilidade de importação, o produto proveniente da Argentina, principal importador de trigo para o Brasil, é muito mais competitivo pelo preço e pela facilidade com que chega ao nosso país. Com condições climáticas favoráveis e um dos solos mais férteis do mundo, o trigo argentino é produzido a menores custos e com melhor qualidade, o que inviabiliza ainda mais o cultivo do trigo nacional, tornando a importação a melhor estratégia para atendimento das necessidades internas. Diante disto, neste estudo buscou-se analisar o motivo da falta de autossuficiência que faz com que o Brasil dependa da importação e o porquê da opção pela Argentina.

Pode-se observar neste estudo que um dos grandes problemas encontrados na produção tritícola nacional é o desestímulo ao plantio, pois além de condições climáticas desfavoráveis, que interferem tanto na produtividade como na qualidade do trigo, a falta de incentivo governamental e os altos custos enfrentados pelo setor fazem com que a produção brasileira diminua e as importações aumentem.

Em suma, o presente estudo leva a compreensão de que a cadeia de trigo brasileira enfrenta obstáculos que a tornam pouco competitiva em relação a outros países produtores. Problemas enfrentados desde intempéries climáticas até a logística de transportes e armazenagem, trazem uma cadeia desestruturada que enfrenta preços baixos, importações constantes e falta de estímulo por parte dos produtores. A crescente participação Argentina na

oferta externa do cereal se dá principalmente pelos seus ganhos de competitividade em comparação com o Brasil.

Por esta razão, este estudo assume que o trigo Argentino é mais competitivo que o brasileiro, pois através da análise das cadeias produtivas, nota-se que além do fato da Argentina possuir um solo mais fértil e um clima mais favorável, a rapidez e a facilidade no transporte do trigo para os países importadores também são fatores que alavancam a competição.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE TRIGO – ABITRIGO. **Estatísticas. Importação e Exportação.** Disponível em: <<http://www.abitrigo.com.br/estatisticas-importacao-e-exportacao.php>>. Acesso em: 28 mar. 2017.

BAHIA, P. Q. et. al. Logística do Transporte de Soja para Exportação: caso do Estado do Mato-Grosso. XXXI Encontro da ANPAD – **EnANPAD**. Rio de Janeiro-RJ. 22 a 26 de setembro, 2007.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES. Panorama das Importações de Trigo do Brasil. BNDES Setorial 34, p. 389-420. 2011.

BOLSA DE COMÉRCIO DE ROSÁRIO - BCR. **Anuario Estadístico**. Córdoba, Argentina, 2015.

BRUM, A. L. MÜLLER, P. K. **O comércio internacional e a cadeia produtiva do trigo no Brasil**. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI), 2008. Disponível em <http://www.fee.rs.gov.br/3eeg/Artigos/m06t02.pdf>. Acesso: 06 abr. 2017.

CANDIANI, H. R. **Medo da Ásia. Global: Comércio Exterior e Transporte**, São Paulo: UPDATE, ano 1, n. 10, out. 1998.

CERVO, A. L. BERVIAN, P. A. SILVA, R. da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

COLLE, C. A. **A cadeia produtiva do trigo no Brasil: contribuição para geração de emprego e renda**. 1998. 160 f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre, 1998.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB. **Acompanhamento da safra brasileira de grãos**. v. 4- Safra 2015/16 - Quarto levantamento, Brasília: Conab. p. 1-154, jan. 2016.

_____. **A cultura do trigo**. Brasília: Conab, 2017.

CONSELHO INTERNACIONAL DE GRÃOS – IGC. Disponível em:
<<http://www.igc.int/en/markets/marketinfo-sd.aspx>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

COOPER, D. SCHINDLER, P. **Métodos de pesquisa em administração**. 7. ed. São Paulo: Bookman, 2003.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/trigo>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

FUNDAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ – FAEP. Políticas para a triticultura nacional. 2016.

GARCIA, J. D. **O Trigo Brasileiro e a falta de autossuficiência**: Uma Identificação de Problemas. 2011. 50 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão do Agronegócio) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GONTIJO, D. H. Mercosul e a relação comercial Brasil-Argentina. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, mar. 2014.

MAGGIAN, R. C. FELIPE, F. I. Aspectos da competitividade da cadeia tritícola no Brasil e na Argentina. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, **SOBER, 47º Congresso**. CEPEA - ESALQ/USP, PIRACICABA - SP - BRASIL. Porto Alegre, 26 a 30 de julho de 2009.

MARCONI, M. de A. LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2004.

MENDES, R. G. **Logística e Transporte**: Uma análise comparativa sobre os Modais de Transporte. 2013. 42 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração de Empresas) IMESA/FEMA. Assis/SP, 2013.

MERCADO COMUM DO SUL. MERCOSUL. Disponível em:
<<http://www.mercosul.gov.br/saiba-mais-sobre-o-mercosul>>. Acesso em: 26 mar. 2017.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA ARGENTINO. Disponível em
<<http://news.agrofy.com.ar/especiales/trigo15-16/siembra-trigo>>. Acesso em: 19 abr. 2017.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - MRE. **Argentina**: Comércio Exterior. 2016.

NEVES, J. L. Pesquisa Qualitativa – Características, usos e possibilidades. **Caderno de pesquisas em administração**, São Paulo, v.1, n. 3, 2º sem./1996.

SALUM, M. I. F. **Infraestrutura Logística no Brasil**: Uma busca por maior competitividade. Laboratório de Desempenho Logístico. UFSC. 2010.

VIII SIMPÓSIO IBEROAMERICANO

EM COMÉRCIO INTERNACIONAL, DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO REGIONAL



SOUZA, M. A. D. Infraestrutura e logística brasileira para armazenagem e escoamento de grãos. Palestra: **Anais** 5a Conferência Brasileira de Pós-Colheita. Foz do Iguaçu-PR. 19 a 21 de outubro, 2010.

VEZZANI, F. M. MIELNICZUK, J. Uma visão sobre a qualidade do solo. **Revista Brasileira de Ciência do Solo**. Viçosa - MG, v. 33, p. 743-755, 2009.